

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia *P.O. Box 3243* *Tel: +251 11 511 7700* *Fax: +251 11 511 7844*
Website: www.africa-union.org

COMITÉ DOS REPRESENTANTES PERMANENTES
Vigésima Sessão Ordinária
Adis Abeba, Etiópia

PRC/6(XX)a

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO DOS
REFUGIADOS, REPATRIADOS E DESLOCADOS INTERNOS EM
ÁFRICA PARA A DÉCIMA-SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO EXECUTIVO: JANEIRO-JULHO DE 2010

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS,
REPATRIADOS E DESLOCADOS INTERNOS EM ÁFRICA PARA A
DÉCIMA - SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO EXECUTIVO:
JANEIRO-JULHO DE 2010**

I. INTRODUÇÃO

1. Este relatório sobre a situação de refugiados, repatriados e deslocados internos (DIs) em África abrange o período de Janeiro a Julho de 2010.
2. O relatório apresenta uma análise regional da situação de deslocações forçadas no Continente e as actividades da Comissão no domínio da resposta humanitária às deslocações forçadas, assim como os desafios enfrentados e as vias a seguir no sentido de encontrar soluções duradouras para as pessoas deslocadas em África .
3. A informação contida neste relatório foi fornecida por alguns Estados-Membros da União Africana (UA), relatórios de missões de avaliação do Sub-Comitê do CRP sobre Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos e de parceiros da UA envolvidos em programas humanitários no terreno.

II. PANORAMA GERAL DA SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS, REPATRIADOS E DESLOCADOS INTERNOS EM ÁFRICA

4. A situação global dos refugiados permanece inalterada desde o último período de elaboração do relatório. No entanto, tem havido tanto progressos como retrocessos em diferentes países. Soluções duradouras estão a fazer a diferença nas vidas de alguns refugiados em situações prolongadas, enquanto noutros foram registados novos influxos. Recursos inadequados continuam a dificultar a implementação de programas de reintegração sustentável de repatriados.
5. No início de 2010, existiam mais de 10 milhões de pessoas afectadas pelas deslocações forçadas na África, incluindo cerca de 2,1 milhões de refugiados, 305.000 pessoas à procura de asilo, cerca de 6,3 milhões de PDIs e um número estimado em 100.000 de pessoas apátridas. Em contraste com as tendências globais, o número de refugiados no continente está a baixar.
6. Estratégias globais, incluindo o repatriamento voluntário, a integração local e a reinstalação, ajudaram muitos refugiados no continente a encontrarem uma solução duradoura. Enquanto o repatriamento manteve-se como a solução principal,

é encorajador o facto de a integração local estar também a tornar-se uma opção mais realista.

7. Movimentos migratórios mistos na região envolvem não só os fluxos para fora da África, como as viagens perigosas ao longo do Golfo de Aden ou Mediterrâneo, como também pessoas que se deslocam da África Central e Ocidental para a África do Norte, e do Corno de África e a região dos Grandes Lagos para o Sul.

8. O fenómeno de vítimas de catástrofes naturais em toda a África, que necessitam permanentemente de assistência na reconstrução de suas vidas e de suas infra-estruturas danificadas, tem sido uma constante. Os efeitos adversos das alterações climáticas globais, incluindo a seca, a fome e as cheias são também factores que forçam muitos africanos a abandonar as suas casas em busca de segurança. Infelizmente, são os mais vulnerável dessas populações que suportam o peso desses incidentes, especialmente mulheres, crianças e pessoas com deficiência. O Burkina Faso, o Chade, a Etiópia, o Quênia, o Senegal, o Níger, a Somália, o Sudão e o Uganda figuram entre os países mais afectados pela seca e/ou inundações durante o período em referência.

9. Durante o período em análise, a União Africana manifestou sérias preocupações sobre a situação de segurança prevalecte em alguns Estados-Membros, incluindo a Guiné, a República Centro Africano, a Somália, a República Democrática do Congo (RDC), o norte da Nigéria e a região sudanesa de Darfur, e continua a tomar todas as medidas necessárias para permitir o avanço da restauração da paz nesses países.

III. DESTAQUES REGIONAIS

Região do Norte

10. No Norte de África, a situação de deslocação forçada de populações manteve-se relativamente inalterada desde o último relatório apresentado ao Conselho Executivo, em Fevereiro de 2010. A mesma continua a caracterizar-se por movimentos migratórios mistos e deslocações prolongadas. A região alberga mais de 200.000 vítimas de deslocações forçadas.

11. **Argélia:** A Argélia continua a acolher e apoiar 165 mil refugiados saharauis, que vivem num estado de deslocação forçada em campos de Tindouf, situados no sudoeste do país que também tem cerca de 110 refugiados urbanos de vários países africanos.

12. **Egipto:** De acordo com as autoridades governamentais no Egipto, o país acolhe 41 mil refugiados. Durante a missão de avaliação do Sub- Comité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos, em Janeiro de 2010, a Delegação observou que refugiados provenientes do Sudão (21.764), Somália (6.252) e da Eritreia beneficiam da política de portas abertas do Governo, que lhes permite o acesso ao trabalho, à educação e a livre circulação por todo o país. O Governo trabalha em estreita colaboração com parceiros de desenvolvimento, com vista a satisfazer as necessidades básicas dos refugiados. As autoridades do Egipto reafirmaram o seu compromisso de continuar a acolher refugiados dentro do seu território.

13. A **Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista** continua a ser o principal ponto de passagem para os emigrantes de África em direcção à Europa; e o governo está a trabalhar cada vez mais para melhorar a sua gestão deste fenómeno.

Região Ocidental

14. Na África Ocidental, a situação de segurança melhorou significativamente e estabilizou-se nos últimos dez anos, permitindo o regresso de milhares de refugiados e deslocados internos (DIs). No entanto, o fenómeno de deslocação forçada prevalece, com cerca de 150 mil refugiados vivendo em zonas rurais e assentamentos urbanos na região, de acordo com o ACNUR. As dificuldades em alcançar uma paz e estabilidade duradouras em alguns dos países, deu origem a casos de deslocação persistentes; e o desafio da gestão da actual crise económica mundial prova ter um efeito ainda mais devastador sobre as populações deslocadas na região. A protecção e assistência às populações deslocadas são em grande parte proporcionadas pelos países de acolhimento, com o apoio da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e de agências de ajuda humanitária.

15. A **Côte d'Ivoire** experimentou deslocações em massa, particularmente nos últimos oito anos. Regista-se um número estimado em 600 mil deslocados internos, que se estabeleceram principalmente em Abidjan e outras zonas urbanas, incluindo cerca de 50.000 que se alega estarem localizados na região ocidental do país. Segundo o ACNUR, existem também cerca de 13.763 refugiados da Côte d'Ivoire que vivem actualmente em países vizinhos. Desde a assinatura do Acordo de Ouagadougou, em 2006, esforços tremendos foram envidados, especialmente em Bouaké, Korhogo e Man, onde os cidadãos retomaram à vida normal. O Governo também criou um "Ministério da Solidariedade e de Deslocados de Guerra", incumbido de garantir o regresso e a reintegração de deslocados internos (DIs) nas suas terras de origem.

16. A Côte d'Ivoire alberga ainda cerca de 24.604 refugiados, dos quais 97,6% (24.033) são liberianos e 571 refugiados urbanos da África Ocidental e Central, nomeadamente dos Grandes Lagos, e aproximadamente 222 pessoas à procura de asilo oriundas de vários outros países. As soluções duradouras planeadas para essas pessoas deslocadas incluem a integração local, particularmente para os refugiados da Sierra Leone e da Libéria.

17. Em Dezembro de 2009, o Sub-comité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos visitou a Côte d'Ivoire com o intuito de avaliar a situação humanitária no país. A Missão observou que, para os refugiados no Campo de Niela em Guiglo, 7.074 dos quais refugiados de origem liberiana e que se estabeleceram na Côte d'Ivoire por mais de 14 anos, tem sido difícil para o governo e as agências humanitárias encontrarem soluções duradouras para a sua situação, porque eles rejeitaram a assistência oferecida e exigem a sua reinstalação num país terceiro, nomeadamente os Estados Unidos da América.

18. O **Gana** acolhe actualmente cerca de 13.658 refugiados, sendo a maioria da Libéria, Sierra Leone, Togo e Cote d'Ivoire, para além de 598 requerentes de asilo do Chade, Sudão, República Democrática do Congo, República Centro Africana, Camarões, Somália e Uganda. O Governo do Gana criou um conselho para os Refugiados, que está a trabalhar em estreita colaboração com as agências de ajuda humanitária para as populações deslocadas; porém, a insuficiência de fundos continua a prejudicar a qualidade da assistência prestada, especialmente em matéria de educação e saúde. O governo do Gana está também a explorar modalidades de integração local para milhares de refugiados, maioritariamente liberianos que optaram pela integração local como uma solução duradoura para o seu estado de deslocação.

19. **Guiné**: A segurança e a situação humanitária na **Guiné** manteve-se precária desde a morte do antigo Presidente Lansana Conteh e o golpe de Estado protagonizado pela junta militar que governa o país actualmente. As agências humanitárias continuam incertas sobre o número de pessoas internamente deslocadas na Guiné, devido à falta de informação. No entanto, segundo o ACNUR, existem cerca de 15.838 refugiados na Guiné, dos quais 11.519 são da Libéria, 167 da Sierra Leone, 4083 marfinenses e 69 de outras nacionalidades. Este número deve diminuir ainda mais com a eventual invocação da Cláusula de Cessação para os Liberianos, em 2010.

20. Na **Libéria**, mais de 169 mil refugiados regressaram, desde 2004. Espera-se que depois de negociações entre o Governo da Libéria, os países de acolhimento e o ACNUR, a Cláusula de Cessação para os refugiados liberianos seja invocada em 2010, pondo termo ao reconhecimento do estatuto jurídico dos liberianos como refugiados noutros países. A Libéria alberga igualmente cerca de 7.204 refugiados, na sua maioria da Cote d'Ivoire, Guiné Conacri e Sierra Leone. As soluções

duradouras para alguns desses refugiados incluem a integração local, que está a ser implementada em estreita colaboração com a CEDEAO.

21. **Sierra Leone:** Desde o fim do longo conflito civil da década na Sierra Leone, em 2002, o país continuou a disfrutar da paz, da estabilidade e de um desenvolvimento económico satisfatório. Não existem actualmente deslocados internos na Sierra Leone, e com a invocação da cláusula de cessação de refugiados de Sierra Leone, a 31 de Dezembro de 2008, o ACNUR, em colaboração com o Governo da Sierra Leone e países de acolhimento, estão a procurar soluções duradouras para os refugiados residuais.

22. Entretanto, a Sierra Leone acolhe mais de 9.000 refugiados, dos quais 7.778 são da Libéria, com o resto da Cote d'Ivoire, Sudão e vários outros países. O governo ofereceu terras para a integração local de cerca de 448 refugiados urbanos na área de Freetown/Waterloo. Cerca de 1.266 refugiados liberianos que vivem em áreas rurais da Sierra Leone, também manifestaram o seu interesse em ser integrados localmente. Prevê-se que, com a invocação da cláusula de cessação de refugiados liberianos, que deverá acontecer em 2010, haverá mais liberianos a optar pela integração local. Através das várias máquinas administrativas estabelecidas pela sua lei de protecção dos refugiados, o Governo da Sierra Leone continua a cumprir com as suas obrigações em relação aos tratados internacionais, especialmente na área dos Direitos Humanos e da protecção dos refugiados.

23. **Togo** acolhe actualmente 515 refugiados urbanos e 161 pessoas de várias nacionalidades à procura de asilo, assim como cerca de 8.073 refugiados do Gana estabelecidos em zonas rurais. Para alguns dos refugiados Ganenses estabelecidos na região norte de Togo desde há muitos anos, o governo está a ver a possibilidade de integração local. No que concerne aos refugiados togoleses em países vizinhos como o Benin e o Gana, o ACNUR informa que o número de repatriados reduziu de 4.642 em 2008, para 180 em 2009.

24. A maior preocupação é a deslocação sazonal de pessoas no norte e sul do país, durante a estação chuvosa. Só em 2009, cerca de 45.322 pessoas foram deslocadas devido a inundações. Como esta sessão aborda, é fundamental que medidas preventivas sejam tomadas para atenuar o impacto de uma catástrofe recorrente.

REGIÃO CENTRAL

25. Desde o último relatório, a Região da África Central registou alguns progressos significativos, na tentativa de encontrar soluções duradouras para as situações prolongadas de refugiados. Isso inclui a aproximação entre a RDC e o Ruanda, bem como a normalização das relações entre o Chade e o Sudão.

26. **Burundi:** No final de Março de 2010, o Burundi acolhia 32.462 refugiados e pessoas à procura de asilo, mais de 98% dos quais são da RDC. O número de chegadas da RDC continua a aumentar, tendo em conta a actual instabilidade nos Kivus. O Gabinete Nacional de Protecção de Refugiados e Apátridas (ONPRA) lançou uma operação a 19 de Abril de 2010, durante a qual bilhetes de identidade foram emitidos pela primeira vez para todos os refugiados de idade não inferior a 14 anos, bem como autorizações de residência temporária para requerentes de asilo registados em áreas urbanas. Quanto às PDIs, os resultados de um estudo encomendado pelo Ministério da Solidariedade Nacional, Repatriamento, Refugiados e Reintegração Social (MSNRRRS), em Maio de 2009, indicam a cifra de 157.167. Há necessidade de apoio e assistência contínuos para esse grupo específico.

27. Realizações em curso no processo de paz no Burundi continuam a encorajar o regresso de refugiados burundeses de países de asilo. Entre Março de 2002 e finais de Março de 2010, um total de 506.126 regressou à pátria, sendo a esmagadora maioria da Tanzânia. O acesso por terra continua a constituir um grande desafio para a reintegração efectiva de um número significativo de retornados. Esforços continuam a ser envidados para assegurar que terras agrícolas sejam delineadas e disponibilizadas, por forma a que os repatriados possam satisfazer algumas das suas necessidades básicas. O programa de reinserção, em 2010, continua a centrar-se na melhoria do nível de auto-suficiência e de subsistência nas áreas de retorno.

28. Os **Camarões** abrigam cerca de 101.317 refugiados, dos quais cerca de 87.000 são da África Central, 8.400 chadianos, 1.400 ruandeses, 400 congolezes (RDC) e 260 Burundeses. Existem também alguns nigerianos estimados em 2.800 remanescentes, após o repatriamento de 2004. A população de refugiados em zonas urbanas é de 12.580 provenientes de vários países. As autoridades camaronesas concederam aos refugiados da África Central o estatuto *prima facie*. OS Refugiados do Chade na região do norte também foram reconhecidos com a base *prima facie*, em Fevereiro de 2008. Prevê-se que alguns deles sejam repatriados para o Chade este ano.

29. A **República Centro Africana** está a preparar-se para as eleições presidenciais em 2010, enquanto a região do noroeste do país está sob o controle do principal grupo rebelde (APRD) e o sul está desestabilizado pelas incursões do Exército de Resistência do Senhor (LRA). Esta situação de insegurança persistente fomenta a violência socio-política, o recrutamento forçado, o assédio por parte de grupos armados contra civis, incluindo mulheres e crianças e leva à movimentação das populações dentro e fora do país. Na sequência da assinatura de um acordo de paz global em Junho de 2008, por três grupos rebeldes e o Governo, através do Fórum do Diálogo Nacional, a situação política na República Centro-Africana (PAC) tem sido dominada por esforços que visam promover a reconciliação nacional. Não obstante a vontade política de dar um novo impulso ao país, o Noroeste continua a

ser atormentado pela insegurança e a violência. Estas circunstâncias justificam o novo afluxo e a improbabilidade, a breve trecho, de repatriamentos de refugiados Centro-Africanos na região. Porém, com o envolvimento da comunidade internacional, a credibilidade dada ao processo eleitoral poderá ajudar a consolidar o processo de unificação e pacificação do país e criar, a longo prazo, condições para o regresso dos refugiados da RCA, dos quais mais de 80.000 encontram-se nos Camarões.

30. Em Março de 2010, o Sub-Comité do CRP para os Refugiados visitou a RCA e observou que apesar da assistência concedida a 200.000 refugiados e PDIs no país pelo Governo da República Centro Africana e agências de ajuda humanitária, sobretudo as NU, muitos deslocados internos estavam a viver em condições muito precárias. Por isso, a Delegação solicitou o Governo da RCA a ratificar a Convenção da UA para a Protecção e Assistência dos Deslocados Internos em Africa, e a implementar integralmente a Lei nº 2008 relativa à Situação dos Refugiados na África Central, como uma forma de resolver os problemas de refugiados e PDIs no seu território.

31. O **Chade**: Na sequência da mais recente missão do Sub-comité do CRP sobre os Refugiados no Chade, o país continua a conceder asilo a cerca de 270.000 refugiados da região sudanesa de acolhimento no leste do Chade. Além disso, existem cerca de 65.000 refugiados da República Centro Africana abrigados em toda a fronteira do sul do Chade com a RCA. O Chade também acolhe 9.716 refugiados e requerentes de asilo urbanos de várias nacionalidades, cuja maioria é oriunda da República Democrática do Congo. Por outro lado, o país continua a cuidar de suas próprias populações internamente deslocadas, cifrando-se em quase 168 mil no leste do país e ao longo das fronteiras do Chade com Darfur, desde 2006. Em Novembro de 2009, cerca de 35.000 deslocados regressaram para as suas aldeias.

32. A **República Democrática do Congo (RDC)**, continua a acolher cerca de 155.000 refugiados de Angola, Burundi, República Centro Africana, República do Congo, Ruanda, Sudão e Uganda. A maior parte deles vive em zonas rurais e tem sido reconhecida como refugiados prima facie. Eles gozam de relativa liberdade de movimento, embora com poucas possibilidades de integração local.

33. O retorno dos refugiados congolezes da Zâmbia e da Tanzânia está a progredir firmemente e essa tendência continuará durante o ano de 2010. Por outro lado, o retorno dos refugiados congolezes do Ruanda e Burundi continua a ser problemático. Qualquer retorno desorganizado ou forçado dessas pessoas oriundas do Ruanda poderá prejudicar a paz e a estabilidade no leste da RDC. Em 2008 e no início de 2009, a dimensão da deslocação de populações civis no leste do Congo foi deveras preocupante para a comunidade humanitária. Até ao final de Dezembro de 2008, havia cerca de 1.617.600 pessoas deslocadas no leste da

RDC, com 840.000 em Kivu do Norte, 335.000 em Kivu do Sul, 282.600 na Província Oriental e 160.000 no Distrito de Haut Uele.

34. Os civis também enfrentam freqüentes violações dos direitos humanos. As aldeias são constantemente saqueadas e queimadas por grupos armados. A violência sexual, geralmente cometida por homens armados de todas as partes combatentes, continua a ser um problema. Só em 2009, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para as Populações (FNUAP), estima-se que foram cometidas 8.300 violações contra mulheres nos Kivus, numa média de 160 violações por semana. Os próprios agentes humanitários também enfrentam problemas de segurança. Desde o início de 2010, 76 incidentes que afectam trabalhadores humanitários foram registados nas duas províncias do Kivu e na localidade de Fizi, a sul da Província de Kivu Sul, na margem ocidental do lago Tanganica, a maior parte das actividades humanitárias foi suspensa desde Março de 2010. Porém, apesar dessas dificuldades, as agências humanitárias prestam assistência a pelo menos 70% dos necessitados, ao longo das duas províncias do Kivu.

35. A **República do Congo** abriga cerca de 133.769 refugiados e 5893 pessoas à procura de asilo, 125.300 dos quais são da vizinha República Democrática do Congo (RDC). De acordo com autoridades governamentais e a missão de avaliação no terreno do Sub-comité do CRP para os Refugiados no Congo, no início deste ano, cerca de 117.300 refugiados fugiram de conflitos causados por disputas da actividade pesqueira e agrícola na Província do Equador a noroeste da República Democrática do Congo (RDC), entre Outubro de 2009 e Abril de 2010. Estes novos refugiados estão dispersos em cerca de 100 localidades ao longo de um trecho de 600 km do rio Oubangui, que separa os dois Congos. A maioria dos refugiados da RDC está localizada ao norte de Doungou. A situação dos refugiados nesta região é uma das mais complexas operações logísticas dos agentes humanitários em termos de acesso às populações afectadas nestas zonas vastas e remotas.

Região Leste

36. **Etiópia:** Na sequência de um afluxo crescente de refugiados Eritreus, as autoridades da Etiópia anunciaram, em meados de Abril de 2010, a abertura de um novo campo na região norte do país. Mais de 5.000 recém-chegados da Eritreia foram registados em 2010. A Etiópia enfrenta também um afluxo acrescido de 50.000 refugiados da Somália, mais de 8.000 dos quais foram registados em 2010. O Governo abriu três campos para acolher os refugiados da Somália. O Ministério dos Assuntos Federais continua a coordenar as questões dos DI's no país.

37. **Quênia:** cerca de 320.000 somális procuraram protecção no Quênia, superlotando os campos de Dadaab. Esforços estão a ser feitos no sentido da obtenção de mais terras, com vista a alargar os campos superlotados de Dadaab, no nordeste do país. Alega-se que muitos deles estão a fugir do recrutamento

forçado pelo Al Shabaab, enquanto outros foram apanhados com armas, aumentando assim a preocupação sobre a possibilidade de migrações mistas de requerentes de asilo genuínos e de elementos não desejados. O governo aumentou os esforços no controlo das fronteiras, com detectores de metais e interrogatórios para os identificar e fazer a distinção entre os elementos não desejados e os requerentes de asilo genuíno.

38. O Quênia publicou também uma proposta de política nacional de deslocados, a 17 de Março de 2010. A política amplia a definição de DIs para abranger as deslocações devido os conflitos de natureza política e os de recursos naturais e as catástrofes naturais, bem como projetos de desenvolvimento que forcem as pessoas a abandonar as suas casas sem um reassentamento adequado. A política, que enfatiza a criminalização da deslocação arbitrária, também apela pela elaboração de leis que possam resolver injustiças históricas, como a política nacional de terras de 2009. O projecto de política para os DIs, que será apresentado ao governo no final deste mês, baseia-se fundamentalmente na Convenção da União Africana para a Protecção e Assistência aos Deslocados em África, que obriga os governos a reconhecerem as vulnerabilidades e a necessidade de apoio das DIs. Até Fevereiro de 2010, restavam ainda 3, 714 famílias (cerca de 18.600 pessoas) da violência pós-eleitoral de 2007, vivendo em locais de trânsito, na província de Rift Valley. O governo queniano, através do Ministério de Estado de Programas Especiais (MoSSP) continua a prestar assistência aos DIs que aguardam a reinstalação final.

39. O **Ruanda** permanece estável, apesar das preocupações sobre a segurança nas zonas do leste da vizinha República Democrática do Congo (RDC), onde grupos armados rebeldes continuam activos, apesar da presença da missão de manutenção da paz da ONU. As relações diplomáticas entre os dois países foram restauradas. Portanto, a possibilidade de repatriamento de cerca de 52.000 refugiados congolezes poderia ser muito maior. Atualmente, existem cerca de 55.000 refugiados no Ruanda, incluindo aproximadamente 350 requerentes de asilo, 52.000 congolezes, 2.500 burundeses e outros tantos. A maioria dos vivem em acampamentos, enquanto um pequeno número deles reside em Kigali.

40. **Somália:** O conflito em curso desde os últimos 19 anos, continuou a gerar movimentos em massa de aproximadamente 574.814 refugiados somális em fuga para países vizinhos, principalmente Quênia, Etiópia, Eritreia, Djibuti, Tanzânia e Uganda, bem como internamente. A situação na Somália continua a afetar praticamente todas as operações humanitárias na Região da África. Após um breve período de optimismo, na sequência das eleições presidenciais de Janeiro de 2009, combates entre o Governo Federal de Transição (TFG) e as milícias voltaram a eclodir em Maio de 2009. Isso deu origem à deslocação de outras 270.000 pessoas, elevando espantosamente o número total de PDIs actualmente na Somalilândia e nas regiões Centro-Sul da Somália para 1.4 milhões. 320.000 somális procuraram protecção no Quênia, enquanto cerca de 10.000 refugiaram-se em Djibouti e outros

50.000 na Etiópia. No Quênia, esforços estão a ser feitos para a obtenção de mais terras, com vista a alargar os campos superlotados de Dadaab, a nordeste do país. Na Etiópia, o Governo abriu três campos para acolher refugiados somálias. A crise das deslocações continua a agravar-se, e na Somália e em todos os quatro países vizinhos, os agentes humanitários esforçam-se para responder de forma plena e eficaz às necessidades de proteção e assistência aos cerca de 574.814 refugiados Somalis e 1,4 milhões de PDIs.

41. A crise na Somália também resultou num aumento significativo dos movimentos migratórios mistos, através do Golfo de Aden em direcção ao Iémen, bem como para o Sudão e o Egipto, ao longo da costa do Mar Vermelho.

42. A Somália também tem um total de 1.808 refugiados e 24.182 requerentes de asilo, principalmente da Etiópia. A maioria das operações de refugiados na Somália estão centradas nas regiões de Somalilândia e Puntlandia, com a esmagadora maioria de refugiados e requerentes de asilo estabelecidos na Somalilândia.

43. **Sudão:** A situação humanitária no Sudão está a ser analisada com base em quatro sub-operações distintas: Darfur, Cartum, as regiões do Sul e Leste do Sudão.

44. Em Darfur, cerca de 2,6 milhões de deslocados internos, enquanto aproximadamente 270.000 procuraram refúgio no Chade. As perspectivas de retorno são afectadas pelos combates entre o Estado e as facções não-estatais, bem como as complicações políticas. O acesso limitado à região por causa das condições extremamente precárias, também afectou as operações, com civis, incluindo trabalhadores humanitários, expostos à violência perpetrada por várias milícias.

45. Cartum abriga cerca de 30.000 refugiados urbanos e pessoas à procura de asilo, principalmente da Eritreia e da Etiópia. Cartum abriga igualmente cerca de 1,7 milhões de PDIs, das quais cerca de 400.000 residem em quatro localidades reconhecidas pelas autoridades, enquanto o restante vive em áreas irregulares e informais, nos arredores da cidade. A maioria dos deslocados encontra-se numa situação urbana prolongada, suportando as mesmas privações dos pobres urbanos.

46. No Sul do Sudão, as dinâmicas são moldadas pelo Acordo Geral de Paz (AGP). Desde 2005, mais de 320.000 refugiados retornaram do exílio para o sul do Sudão, onde décadas de conflito destruíram até as infra-estruturas mais básicas. Durante o período em análise, 33.000 refugiados regressaram ao Sul do Sudão de acordo com o ACNUR. Cerca de 50.000 PDIs regressaram também às suas terras de origem. O regresso de refugiados para o sul do Sudão desacelerou no início de 2010, devido a alguns conflitos étnicos. Um programa de repatriamento, de reabilitação e de subsistência pós-conflito está em vigor no Uganda, Etiópia e

Quênia, para apoiar a recuperação das antigas zonas de acolhimento de refugiados. Em finais de 2008, o sul do Sudão recebeu ainda refugiados da República Democrática do Congo (RDC) e da Etiópia, a procura de protecção permanente, assistência e soluções duradouras.

47. No Leste do Sudão, a política oficial de acolhimento exige que os requerentes de asilo e os refugiados permaneçam nos 12 campos estabelecidos. A estratégia de soluções globais está a ser executada, com o fim de resolver esta situação prolongada de refugiados. Um exercício de verificação e registo, cuja primeira foi concluída em 2009, permitirá a realização de esforços visando melhorar as condições de vida dos refugiados nos campos e reforçar a assistência básica.

48. **Tanzânia:** Num exemplo louvável como tentativa de encontrar uma solução duradoura para situações de refugiados, a Tanzânia naturalizou 162.000 refugiados do Burundi, que fugiram da violência étnica no Burundi, em 1972. Esta acção segue uma estratégia de soluções duradouras lançadas em Março de 2008, para os refugiados do Burundi de 1972 nos velhos campos das regiões de Rukwa e Tabora, proporcionando-lhes a opção de voltar para o Burundi ou requerer a cidadania tanzaniana. As modalidades de apoio à integração local dos recém-naturalizados estão a ser concluídas, enquanto os projectos para a reintegração harmoniosa dos assentamentos em bairros já começaram. O repatriamento voluntário para aqueles dispostos a regressar à pátria está em curso, com o regresso voluntário para o Burundi de 468 refugiados, em 2010. Menos de 100.000 refugiados estão consolidados em dois campos da região de Kigoma, em relação aos 11 campos no início de 2007, quando o total da população de refugiados atingiu a cifra de 500.000 pessoas.

49. **Uganda:** O regresso de DIs continua no Uganda, com mais de um milhão de pessoas que já regressaram para as suas terras de origem e 30 campos de PDIs encerrados em 2010. De um número estimado em 251 campos de deslocados no Norte do Uganda em 2005, 72 permanecem com 942.000, cerca de 85 por cento dos deslocados que regressaram para as suas aldeias de origem, deixando aproximadamente 445.145 em campos e locais de trânsito. O trabalho de retirada paulatina dos campos continua.

REGIÃO AUSTRAL

50. A região da África Austral continua a acolher milhares de refugiados e pessoas à procura de asilo, muitos dos quais são capturados nas complexidades do movimento migratório misto.

51. **Angola:** Apesar da conclusão do programa de repatriamento voluntário e organizado de refugiados angolanos, em 2006, o Governo de Angola informa que actualmente registam-se casos de regresso espontâneo, especialmente de países vizinhos, com 2.991 casos registados de retorno, tal como aconteceu no passado

mês de Novembro de 2009. Oficialmente, também já não há a registar casos de deslocados internos, como consequência directa de conflitos em Angola, após um grande esforço envidado pelo Governo e agências parceiras visando reinstalar e integrar um número aproximado de 4 milhões de deslocados internos, até ao fim do programa de reinstalação em 2006. No entanto, existem 14.298 refugiados em Angola, principalmente da RDC. O Governo presta assistência em conformidade com as normas do direito internacional relativas aos refugiados.

52. **Botsuana**, de acordo com o ACNUR alberga cerca de 3.400 refugiados e requerentes de asilo, na sua maioria oriundos de Angola, Namíbia, Somália e Zimbabué. A maioria vive em acampamentos de Refugiados de Dukwi, situado no norte do país. Em 2010, o ACNUR informa que cerca de 300 refugiados deverão encontrar soluções duradouras através do repatriamento voluntário, principalmente para a Namíbia e o Zimbabue, e outros 200 através de programas de reassentamento. Para os cerca de 500 refugiados angolanos que solicitaram a integração local, os seus casos estão a ser analisados pelo Governo.

53. **Malawi** é um outro país da região austral com uma grande população de refugiados e pessoas à procura de asilo, totalizando 12.000. A população deslocada é oriunda principalmente da região dos Grandes Lagos, nomeadamente Burundi, República Democrática do Congo e Ruanda, dos quais cerca de 10.000 vivem nos campos de Refugiados de Dzaleka. Segundo o ACNUR, milhares de pessoas atravessam também o país em fluxos migratórios mistos provenientes do Corno de África.

54. O Governo de Moçambique informou que até Abril de 2010 acolhia cerca de 8.295 refugiados, dos quais 5.300 são refugiados não-urbanos estabelecidos no Centro de Refugiados de Maratane, na província de Nampula. Os restantes 2.995 são refugiados urbanos que vivem e trabalham em várias regiões do país, ao abrigo de programas nacionais de integração local e auto-suficiência de refugiados. A maior parte da população de refugiados em Moçambique é proveniente da RDC, juntamente com outros do Burundi, do Ruanda, da Somália e de várias outras nacionalidades. O ACNUR também revela uma nova tendência de requerentes de asilo somalis, que viajam directamente para Moçambique de barco, com a chegada de 1.585 somalis no período entre 1 de Janeiro e 05 de Maio de 2010. Muitos deles são jovens que dizem estar a fugir do recrutamento forçado de Alshabaab, e presume-se que a maioria deles pretenda deslocar-se a África do Sul, uma vez que não permanecem no campo por muito tempo.

55. **Namíbia** mantém-se empenhada no acolhimento de vítimas de deslocamentos forçados no seu território e, de acordo com o Governo, o país acolhe 7.109 refugiados e 1.355 requerentes de asilo de 14 países africanos, a maioria dos quais de Angola, da República Democrática do Congo, do Burundi e do Ruanda. Embora muitos dos refugiados na Namíbia tenham permanecido num estado de deslocação prolongada, o Governo tem trabalhado em estreita colaboração com o ACNUR, na

tentativa de encontrar soluções duradouras, incluindo o repatriamento voluntário de refugiados, especialmente angolanos e ruandeses, e a integração local para outros.

56. **África do Sul:** A grande e contínua afluência mista de migrantes, requerentes de asilo e refugiados, maioritariamente do Corno de África e da região dos Grandes Lagos para a região da África Austral, principalmente a África do Sul, persiste em criar complexidades na provisão de proteção e assistência adequadas às vítimas de deslocações forçadas. Segundo o ACNUR, a África do Sul é o país que recebe o maior número de pedidos de asilo no mundo, com mais de 341.602 pedidos de asilo recebidos só em 2009. Alega-se que tem também uma das legislações de asilo mais generosas de África, com uma política de não-acampamento, em que os refugiados e requerentes de asilo têm o direito ao trabalho, à liberdade de circulação e ao acesso aos serviços sociais.

57. Na **Zâmbia**, assistiu-se ao repatriamento voluntário de 16.895 congolezes da RDC e 2.182 refugiados angolanos, diminuindo assim a população de refugiados na Zâmbia, de 83.443 em 2008 para 56.785, no final de 2009. Espera-se que mais 8.500 refugiados (4.000 angolanos e 4.500 congolezes) regressem à pátria a partir da Zâmbia, durante o ano. Isso permitirá encerrar dois dos quatro campos de refugiados/assentamentos no país, até o final de 2010.

58. **Zimbabwe** também continuou a receber refugiados e requerentes de asilo provenientes principalmente da região dos Grandes Lagos, nomeadamente a RDC, o Ruanda, o Burundi e uma minoria de outros países africanos. A maior parte dos 4.630 refugiados e requerentes de asilo no Zimbabwe residem nos campos de refugiados de Tongogara, na província de Mutare.

IV. IMPLEMENTAÇÃO

59. A Comissão da União Africana executou os seus programas e actividades na área de Assuntos Humanitários, durante o período em análise, trabalhando em estreita colaboração com o Sub-Comité do CRP sobre os Refugiados, Repatriados e Deslocados internos e os parceiros da UA, em particular, CICV, ACNUR, OCHA, PAM e IOM.

60. O foco principal neste período foi dar início à implementação dos resultados da Cimeira Especial sobre refugiados, repatriados e deslocados internos em África, que se realizou em Outubro de 2009, em Kampala, Uganda. Neste contexto, em conformidade com decisão EX.CL/Dec.529 (XVI) do Conselho Executivo, aprovada em Adis Abeba, Etiópia, a 01 de Fevereiro de 2010, a Comissão elaborou um Plano de Acção para a implementação dos resultados da Cimeira Extraordinária. A versão final do documento que será apresentada para aprovação da XVI Sessão Ordinária da Conferência da UA, através do Executivo, em Kampala, Uganda, em Julho de 2010, foi enriquecida pelos serviços competentes da Comissão, os parceiros, incluindo organizações da sociedade civil, o Subcomité do CRP sobre os

Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas e por Peritos dos Estados-membros e Ministros responsáveis pelas questões de deslocamções forçadas.

61. No que diz respeito a situação da ratificação da Convenção da União Africana para a Protecção e Assistência aos Deslocados Internos em África, a Comissão está a trabalhar activamente para defender a sua assinatura e ratificação/adesão. Para o efeito, produziu materiais de sensibilização a ser distribuídos a todos os interessados, incluindo um Guia para a Convenção. Até ao momento da elaboração do presente relatório, 28 Estados Membros tinham assinado a Convenção, tendo o Uganda sido o primeiro e único país a ratificá-la. A liderança demonstrada pelo Governo do Uganda na área da protecção e assistência às DI e outras vítimas do deslocação forçada, não deve passar despercebida, considerando o facto de o país ter já acolhido a primeira Cimeira Especial da UA sobre os refugiados, repatriados e deslocados internos em África, na qual a Convenção foi adoptada e, passou a ser o primeiro Estado a ratificá-la.

62. A Comissão também coordenou os programas e atividades do Subcomité do CRP para os Refugiados, em particular, tendo as suas missões de avaliação nos Estados-Membros sido afectadas pelo problema da deslocação forçada. O Subcomité visitou cinco países, entre Janeiro e Março de 2010, nomeadamente o Egipto, a República Democrática do Congo e a República do Congo, a República Centro-Africana e o Chade. Os resultados e as recomendações dessas missões foram considerados na reunião do Subcomité do CRP para os Refugiados, realizada em Maio de 2010, e foram incluídos no relatório sobre as atividades do Subcomité do CRP sobre os refugiados, repatriados e pessoas internamente deslocadas para a Décima-Sétima Sessão Ordinária do Conselho Executivo, tal como solicitado na Decisão EX.CL/Dec.529 (XVI).

63. A Comissão implementou igualmente algumas das recomendações das missões, concedendo contribuições financeiras para ajudar sete (7) Estados Membros afectados pelo problema de deslocação forçada que foram previamente visitados pelo Sub-Comité do CRP para os refugiados, incluindo a República Democrática do Congo e a República do Congo que receberam 200.000 US dólares cada uma através do ACNUR; e Angola, Côte d'Ivoire, Egipto, República Sahrawi e Uganda que receberam 50.000 US dólares cada.

64. Em comemoração do Dia Africano/Mundial do Refugiado, a Comissão organizou também uma missão que permitiu os Membros do Sub-Comité do CRP para os Refugiados visitarem um campo de refugiados Somalis recém chegados a Etiópia , tendo sido distribuída uma contribuição em espécie de 50.000 US dólares de produtos não alimentares à população deslocada.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

65. Embora muitos avanços tenham sido feitos na tentativa de encontrar uma solução para o problema das deslocações forçadas em África, muito ainda há a fazer na gestão e erradicação deste fenómeno a partir do continente. Por conseguinte, uma série de desafios devem ser resolvidos.

66. Estes são:

- Encontrar soluções duradouras para os refugiados e as situações prolongadas dos DI. Os conflitos e outras causas fundamentais, incluindo catástrofes naturais e problemas económicos no Continente não criaram condições propícias para o regresso e reintegração das populações deslocadas;
- Melhorar a protecção e assistência às mulheres e crianças nos campos e nas zonas urbanas;
- Garantir que a implementação da cláusula de cessação seja efectivamente coordenada e facilitar a realização de programas de capacitação para refugiados nas situações pós conflito;
- Garantir que os refugiados capturados em movimentos migratórios mistos recebam protecção e assistência;
- Resolver os novos desafios impostos pelas alterações climáticas, que causam deslocações maciças de pessoas no continente;
- Recolher o número de assinaturas suficientes e subseqüentes ratificações/adesões para permitir a entrada em vigor da Convenção da União Africana sobre a Protecção e Assistência aos Deslocados Internos em África;
- Implementar as recomendações das missões de avaliação no terreno do Subcomité do CRP sobre os refugiados, repatriados e deslocados internos nos Estados-Membros afectados pela deslocação forçada, com um orçamento limitado; daí
- A necessidade dos Estados-Membros aumentarem as suas contribuições voluntárias para o Fundo da Comissão da União Africana para os Refugiados e Deslocados Internos, a fim de permitir a UA executar efectivamente o seu mandato e prestar assistência às vítimas de deslocações forçadas e aos Estados-Membros afectados.

2010

Relatório Da Comissão Sobre A Situação Dos Refugiados, Repatriados E Deslocados Internos Em África Para A Décima-Sétima Sessão Ordinária Do Conselho Executivo: Janeiro-Julho De 2010

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/4012>

Downloaded from African Union Common Repository